

## CARTÃO DE CRÉDITO

Portal do Conhecimento/ Sumulas / Sumulas do TJRJ e Tribunais Superiores

### SÚMULA TJ Nº 77

**"A CLÁUSULA-MANDATO INSERIDA NOS CONTRATOS DE EMISSÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO É VÁLIDA E NÃO VIOLA O DEVER DE INFORMAR DO FORNECEDOR."**

REFERÊNCIA: UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA N.º 2004.018.00004 NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 2004.001.03705 – JULGAMENTO EM 22/11/2004 – VOTAÇÃO: POR MAIORIA – RELATOR: DES. LUIZ ZVEITER – REGISTRO DE ACÓRDÃO EM 01/03/2005 – FLS. 799/837.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

### SÚMULA TJ Nº 149

**"NAS AÇÕES INDENIZATÓRIAS DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO DO "CARTÃO MEGABÔNUS", OS DANOS MORAIS NÃO PODEM SER CONSIDERADOS IN RE IPSA, CUMPRINDO AO CONSUMIDOR DEMONSTRAR A OFENSA À HONRA, VERGONHA OU HUMILHAÇÃO, DECORRENTES DA FRUSTRAÇÃO DA EXPECTATIVA DE SUA UTILIZAÇÃO COMO CARTÃO DE CRÉDITO."**

REFERÊNCIA: UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA Nº. 2009.018.00009 - JULGAMENTO EM 29/03/2010 - RELATOR: DESEMBARGADOR MARIO ROBERT MANNHEIMER. VOTAÇÃO POR MAIORIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

### SUMULA TJ Nº 200

**"A RETENÇÃO DE VALORES EM CONTA-CORRENTE ORIUNDA DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO OU DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO NÃO PODE ULTRAPASSAR O PERCENTUAL DE 30% DO SALÁRIO DO CORRENTISTA."**

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0013659-91.2011.8.19.0000 - JULGAMENTO EM 22/11/2010 - RELATOR: DESEMBARGADORA LEILA MARIANO. VOTAÇÃO UNÂNIME.

**VERBETE SUMULAR**, FOI CANCELADO, CONFORME DECISÃO DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0078305-56.2024.8.19.0000. JULGAMENTO EM 20/03/2025. RELATOR: DESEMBARGADOR MARCOS ALCINO DE AZEVEDO TORRES. VOTAÇÃO POR UNANIMIDADE. ACÓRDÃO PUBLICADO EM 26/03/2025.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

### **SUMULA TJ Nº 203**

**"NOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO E DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO É INAPLICÁVEL A TAXA SELIC COMO PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS."**

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0013659-91.2011.8.19.0000 - JULGAMENTO EM 22/11/2010 - RELATOR: DESEMBARGADORA LEILA MARIANO. VOTAÇÃO UNÂNIME.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

### **SUMULA TJ Nº 364**

**"PARA PERÍCIAS CONTÁBEIS DE MENOR COMPLEXIDADE, RELATIVAS A OPERAÇÃO DE MÚTUO BANCÁRIO, ARRENDAMENTO MERCANTIL OU CARTÃO DE CRÉDITO, ATENDEM AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE OS HONORÁRIOS FIXADOS EM QUANTIA EQUIVALENTE A ATÉ 3,5 (TRÊS E MEIO) SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES NA DATA DO ARBITRAMENTO."**

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0013621-06.2016.8.19.0000 - JULGAMENTO EM 17/10/2016 - RELATOR: DESEMBARGADOR OTÁVIO RODRIGUES. VOTAÇÃO POR MAIORIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

### **SÚMULA STJ Nº 237**

**NAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO, OS ENCARGOS RELATIVOS AO FINANCIAMENTO NÃO SÃO CONSIDERADOS NO CÁLCULO DO ICMS.**

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

### **SÚMULA STJ Nº 283**

**AS EMPRESAS ADMINISTRADORAS DE CARTÃO DE CRÉDITO SÃO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E, POR ISSO, OS JUROS REMUNERATÓRIOS POR ELAS COBRADOS NÃO SOFREM AS LIMITAÇÕES DA LEI DE USURA.**

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

### **ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 94**

**15. A RETENÇÃO DE VALORES EM CONTA-CORRENTE ORIUNDA DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO OU DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO NÃO PODE ULTRAPASSAR O PERCENTUAL DE 30% DO SALÁRIO DO CORRENTISTA.**

PRECEDENTES: AGINST 2009.002.28062, TJERJ, 15ª C. CÍVEL, JULGADO EM 29/07/2009. APCV 2009.001.36067, TJERJ, 2ª C. CÍVEL, JULGADO EM 01/07/2009.

**44. NOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO E DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO É INAPLICÁVEL A TAXA SELIC COMO PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS.**

PRECEDENTES: APCV 2008.001.66360, TJERJ, 20ª C. CÍVEL, JULGADA EM 11/02/09. APCV 2007.001.40941, TJERJ, 15ª C. CÍVEL, JULGADA EM 18/12/07.

[AVISO TJ Nº 94, DE 04/10/2010](#)

## **ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 23**

### **9.2 - CARTÃO DE CRÉDITO - QUITAÇÃO**

**A MERA ALEGAÇÃO DE FALSIDADE DA QUITAÇÃO DE DESPESAS REALIZADAS COM CARTÃO DE CRÉDITO NÃO TRADUZ COMPLEXIDADE INCOMPATÍVEL COM A COMPETÊNCIA DO JUIZADO.**

**[AVISO TJ Nº 23, DE 02/07/2008](#)**

## **ENUNCIADO – ATO EMERJ Nº SN1**

**5- NAS AÇÕES DE REVISÕES DE DÉBITOS BANCÁRIOS E CARTÕES DE CRÉDITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AO ARGUMENTO DE PRÁTICA DE ANATOCISMO, DESDE QUE INDIVIDUAL A PRÁTICA, É RECOMENDÁVEL POSTERGAR-SE A REALIZAÇÃO DA PROVA PERICIAL PARA A FASE DE LIQUIDAÇÃO. - UNÂNIME**

**[ATO EMERJ Nº SN1, DE 25/11/2003](#)**

## **ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 56**

**ENUNCIADOS CÍVEIS:**

**7.2 - CARTÃO DE CRÉDITO – QUITAÇÃO - A MERA ALEGAÇÃO DE FALSIDADE DA QUITAÇÃO DE DESPESAS REALIZADAS COM CARTÃO DE CREDITO NÃO TRADUZ COMPLEXIDADE INCOMPATÍVEL COM A COMPETÊNCIA DO JUIZADO.**

**[AVISO TJ Nº 56, DE 11/11/1999](#)**

## **ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 17**

**ENUNCIADOS CÍVEIS:**

**ENUNCIADO 13 - A MERA ALEGAÇÃO DE FALSIDADE DA QUITAÇÃO DE DESPESAS REALIZADAS COM CARTÃO DE CREDITO NÃO TRADUZ COMPLEXIDADE INCOMPATÍVEL COM A COMPETÊNCIA DO JUIZADO. A PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA DA FRAUDE CABE À ADMINISTRADORA ATRAVÉS DE LAUDO TÉCNICO.**

**[AVISO TJ Nº 17, DE 16/06/1998](#)**

## **ENUNCIADO – AVISO CGJ Nº 4**

**ENUNCIADO Nº II – É INCABÍVEL AÇÃO DE EXECUÇÃO FUNDADA EM DÍVIDA DECORRENTE DE CARTÃO DE CRÉDITO, CUJO TÍTULO TENHA SIDO EMITIDO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 8.078/90, DEVENDO SER CONVERTIDA EM PROCESSO DE CONHECIMENTO.**

**[AVISO CGJ Nº 4, DE 11/01/1993](#)**

**Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.**

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento**

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional

Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.jus.br](mailto:seesc@tjrj.jus.br)